

# CRISTIANISMO: SÉCULO PRIMEIRO

**Maria Lúcia Bertachini Nosella\***  
**Anderson dos Santos de Oliveira\*\***

**RESUMO:** Jesus Cristo é uma presença fundamental em nosso mundo e cultura ocidental, mesmo para aqueles que negam sua divindade ou procuram por explicações alternativas fora do domínio teológico. No que existe de histórico – logo tangível – avultam as condições de sua região de origem, a pobre e oprimida Galiléia, sob o domínio romano. Surgida no Oriente Médio asiático, no seio do judaísmo, a doutrina de Jesus se destacou das outras de seu tempo pelo afã com que seus discípulos perseveraram no apostolado ou pelo seu alcance, que ultrapassou as fronteiras marítimas e terrestres e marcou o espaço-tempo com sua pregação de cunho universal. Paulo, o Saulo de Tarso, discípulo extemporâneo, mas nem por isso menos penetrado por sua doutrina, foi o grande responsável por esse ideal, reafirmado no Concílio de Jerusalém (50 d.C). Independentemente de facções ou da discussão sobre ter tido Jesus a intenção de criar uma “igreja”, a semente palestina resultou numa frondosa árvore, de muitos ramos. O ponto de partida no Sermão da Montanha difundiu um *ethos* que até hoje orienta a nossa ideologia e humanismo. Tais palavras, patrimônio da cristandade, deram origem à visão de mundo que permite a análise da teologia retributiva. Quando se trata de educação, o amor se torna o centro de referência, quer em relação a Deus, quer em relação ao próximo. O primeiro século, tema deste artigo, representa a gênese de um magistério, o tributo de uma ideologia transformadora, Jesus Cristo como marco divisor da História para um segmento apreciável da humanidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cristianismo primitivo; Apostolado do Século 1º; História da Igreja Cristã; Teologia Retributiva.

---

\*Doutora em História e Sociedades pela Universidade Estadual Paulista – UNESP; Mestre em História e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Docente do Centro Universitário de Maringá– CESUMAR. E-mail: lunosella@uol.com.br

\*\*Discente do curso de Letras Português-Inglês do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR; Discente do curso de Validação de Teologia do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR; Pastor da Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil; Teólogo. E-mail andersonoliveira@yahoo.com.br

## CHRISTIANITY: FIRST CENTURY

**ABSTRACT:** Jesus Christ is a fundamental presence in our western world and culture, even for those who deny his divinity or look for alternative explanations outside the theological dominium. Concerning history – thus, tangible – conditions emerge out of the region of his origin, the poor and oppressed Galilee, under the Roman Empire domination. Appearing in the Middle East, in the cradle of Judaism, Jesus’ doctrine differed from others in its time due to the desire of its disciples to preserve its apostolate and its reach, which crossed land and sea borders, and marked time-space with its universal preaching. Paul, Saul of Tarsus, extemporaneous disciple, but not less involved in his doctrine, was the great responsible for this ideal, reaffirmed in the Jerusalem Council (50 AD). Independently of factions or the discussion if Jesus had the intention to create a “church”, the Palestine seed resulted in a fronded tree, with many branches. The starting point at the Sermon on the Mount spread an *ethos* that even today guides our ideology and humanism. Such words, Christianity heritage, gave birth to a world’s vision that permits analyzing the retributive theology. As far education is concerned, love becomes the main reference, be it in relation to God, be it in relation to the other. The first century, the theme of this paper, represents the genesis of a teaching, a tribute to a transforming ideology, Jesus Christ as a water dividing mark in History for an considerable segment of humanity.

**KEYWORDS:** Primitive Christianity; Apostolate in the 1<sup>st</sup> Century; Christian Church History; Retributive Theology.

## INTRODUÇÃO

As discussões em torno da figura de Cristo travadas por crentes e céticos não anulam a sua presença em nossa vida e cultura, principalmente se considerarmos a cronologia ocidental. Desde que, no século VI, o monge Dionísio, o Pequeno, teve a idéia de fixar a data do nascimento de Jesus em 25 de dezembro do ano de 753 desde a fundação de Roma, todos os anos partem, em sentido inverso ou progressivo, desse referencial.

Se a data escolhida pelo monge coincide ou não com o verdadeiro nascimento do Nazareno é um problema que faz parte do mistério que cerca o que ele teria feito dos treze aos trinta anos. Teria nascido cinco ou seis anos antes desse ano 753 do calendário romano? Em Lucas 1:80, lemos: “e o

menino crescia e se robustecia em espírito e esteve no deserto até o dia em que havia de mostrar-se a Israel”. Teria ele partido para o Egito, para a Índia, onde dividia o pão com os miseráveis, como pretende o autor brasileiro Francisco Klors Werneck? Nas montanhas do Nepal, estudou com os budistas? Com os essênios teria aprendido a cura física e espiritual?

Annie Besant (1930, p. 344), em sua obra “Os Mistérios de Jesus”, afirma:

Ele era de uma pureza sobre-humana, e tão grande sua devoção que, [...] superava aos severos e fanáticos ascetas com os quais havia sido educado, derramando a fragrância de uma sabedoria suave e terna como um rosal [...] suas palavras, dóceis e amorosas, despertavam suave ternura, mesmo entre os mais endurecidos.

Ainda segundo a mesma autora, foi Ele o “Filho que se tornou uno com o Pai, carregando em Seu seio os filhos dos homens” (BESANT, 1930, p. 345).

No que existe de tangível hoje, as ruínas da Galiléia, da Judéia ou de Jerusalém falam dele, comprovam sua presença. A Turquia ou a Síria podem ser vistas como matrizes da Igreja Cristã nascente, onde se pode ver o que restou de uma comunidade que teve a ousadia de ser cristã num mundo que pertencia ao Império Romano. Assim, em terras turcas encontramos Antioquia da Pisídia com São Pedro, Tarso de São Paulo, Éfeso de São João. Já na Síria, encontramos Damasco, que ostenta o título de ser a capital mais velha do mundo, para onde Paulo rumava em seu afã de perseguir os cristãos, quando a luz que o cegou se fez acompanhar da voz que o converteu. Até hoje, os poucos cristãos desse país, de maioria muçulmana desde o século VII d.C., se concentram nessa cidade, representados principalmente pelos gregos ortodoxos, seguidos dos católicos gregos.

Surgida no Oriente Médio asiático, no seio do judaísmo, a doutrina de Jesus se diferenciou das demais por alguns de seus princípios. Seus adeptos perseveraram sempre na crença de que o próprio Deus enviou o seu Filho aos homens, depois de tê-lo feito anunciar por uma seqüência de profetas no Antigo Testamento. Sua missão, ao participar de nossa humanidade, seria nos reconciliar com o nosso Deus, do qual nos afastamos pelo pecado.

A história da Igreja Cristã, nesses primórdios, admite dois períodos, irradiados a partir do núcleo palestino. O primeiro deles se iniciou com o magistério de Cristo, continuou por obra de seus enviados, os apóstolos, e

terminou na década de 70 do século I. Um impacto sangrento aconteceu quando o imperador Nero teve o “dúbio privilégio” (CAIRNS, 1995, p. 773) de fazer centenas de mártires, no ano 62 ou 68 d.C, em outro ponto de discordância entre os estudiosos.

O segundo período seguiu-se à era apostólica e foi marcado pela grande rebelião dos judeus contra o domínio romano, que era odioso àquele que se julgava “o povo eleito” de Jeová. A resistência temerária, que durou entre 66 e 70 d.C., foi seguida de duríssima repressão, com a destruição do Templo de Jerusalém e a dispersão (diáspora) dos judeus pelo mundo então conhecido.

Para muitos, ainda, é lícito afirmar que a queda de Jerusalém marcou, de forma emblemática, uma separação ideológica dentre os filhos de Israel e os cristãos, que aspiravam à universalidade, segundo Shelley (2004).

O limiar cronológico do século I se encontra, a nosso ver, na correspondência trocada entre o imperador Trajano e Plínio, o Moço, pró-pretor da Bitínia (Síria atual) por volta de 111 d.C. Pelo teor das cartas entre eles trocadas, anuncia-se a política oficial do Império Romano relativa ao cristianismo para as décadas seguintes, explicando as perseguições e a causa primeira que as provocava, qual seja, a desobediência civil dos cristãos, que não ofereciam sacrifícios aos imperadores, pois não os consideravam deuses.

Quanto à educação cristã desse primeiro século, o ponto de partida foi o magistério de Jesus, ao qual os apóstolos deram voz e continuidade. Pedro destacou-se como o primeiro pregador. Paulo, embora não tivesse convivido com o Mestre, foi chamado pessoalmente por Cristo. Converteu-se tão fervorosamente, que sua obra missionária o tornou um co-fundador do cristianismo. A ele se deve o crescimento das primeiras comunidades cristãs surgidas no Oriente e irradiadas a partir de Antioquia da Síria para a Ásia Menor (Turquia atual) e, mesmo, a Europa. Paulo destaca-se principalmente por ser o apóstolo que levou o cristianismo para além das fronteiras do judaísmo. Ele mesmo se apresenta como o apóstolo dos gentios, II Timóteo 1: 11.

A teorização pedagógica inicial obedeceu às orientações daqueles que foram designados pelo próprio Cristo como os intérpretes de sua doutrina. Tudo aconteceu, ainda, em meio à cultura helenística apropriada pelo Império Romano, envolvendo pontos de definição de doutrina e o desenvolvimento das formas institucionais mais apropriadas a tal objetivo.

Estudar essa etapa do cristianismo tem pontos de atração que se misturam às lacunas de obscuridade. Encanta à nossa imaginação idealizar Cristo, conhecê-lo pessoalmente em sua condição terrena. Entretanto, ainda

assim, temos de evitar a nostalgia e descartar algumas ilusões a respeito de uma primeira comunidade que também “foi sobrecarregada de fraquezas, limitações, deficiências” (VOILLAUME, 1978, p. 46).

Ainda que quase todos os cristãos estejam convencidos de que a Igreja primitiva foi edificada sobre um fundamentalismo apostólico, persistem discordâncias quanto a essa apostolicidade. Cada tradição honra o credo, o cânon e o episcopado à sua maneira. Assim, “os protestantes dão maior ênfase à apostolicidade do Novo Testamento, os católicos romanos à aplicação da agência dos bispos e os ortodoxos à orientação apostólica geral da Igreja pelos credos ecumênicos dos séculos IV e posteriores” (NOLL, 2006, p. 37).

Finalmente, no período compreendido entre a morte de Jesus (33 d.C) e o ato do Imperador Teodósio conferindo-lhe foros de religião do Estado (395 d.C), o cristianismo passou por incertezas, concílios para estabelecer doutrinas e apresentou-se como Igreja (do grego Eclésia ou Assembléia). Essa organização, feita à semelhança do Império Romano, foi tão eficaz que toda uma época da história ocidental – a Idade Média – foi marcada pelo predomínio da Igreja em sua feição católica, com prolongamentos que em países como a Espanha e Portugal atingiram, quase sem contestação, o século XVIII, como faz prova aquele que Dom Luís da Cunha<sup>1</sup> chama de “o tenebroso tribunal da Santa Inquisição” (NOSELLA, 2002, p. 45).

## 2. HEBREUS, HELENISTAS E PROSÉLITOS

Situada entre o Líbano, o Mar Morto, o Mediterrâneo e o deserto da Síria, a Palestina (“região dos filisteus”) incluía a Galiléia, banhada pelo rio Jordão e pátria de Jesus, local onde ele ministrou suas primeiras pregações. Ao sul dessa região ficava a Judéia, cuja capital era Jerusalém, onde foi erigido o famoso Templo edificado por Salomão. A partir de 63 a.C a cidade passou para a tutela romana.

A Palestina dos tempos de Jesus era um cruzamento de povos e culturas. Seus dois milhões ou mais de habitantes encontravam-se divididos por posições religiosas e políticas.

Povo semita, originário de Ur, na Caldéia (Iraque atual), os judeus chegaram à “Terra Prometida” por volta de 2.000 ou 1.750 a.C. Na época de Cristo eles se dividiam em três categorias, que admitiam certa hierarquização: os hebreus, os helenistas e os proséritos.

---

<sup>1</sup> D.Luis da Cunha (1662-1749) foi embaixador de Portugal em Paris entre os anos de 1730 e 1749 e era um “estrangeirado”, ou seja, um opositor das idéias vigentes em seu país que davam suporte a um Tribunal que mandava à fogueira por crime de confissão religiosa.

Os *hebreus*, na qualidade de descendentes dos mais antigos habitantes da região, consideravam-se a verdadeira raça israelita. A este segmento pertencia Jesus, e Mateus (1:5) relata sua descendência da Casa de Davi.

Os *helenistas* eram aqueles cujos antepassados haviam estado em terras estrangeiras. Se o idioma dos hebreus era o aramaico, eles falavam o *koiné*, dialeto grego que predominava entre o povo menos letrado, além de usarem a versão helênica do Antigo Testamento, a Septuaginta (LXX). Sua grande influência na primeira comunidade cristã foi um fato real. Além dos vários helenismos que se incorporaram à língua portuguesa com o cristianismo (igreja, diocese, basílica, bíblia, evangelho, neófito...), o peixe (*ictus* – ictuj – *ICTUS*) era um símbolo sagrado, pois as letras que compunham a palavra grega formavam as iniciais de “Jesus Cristo Filho de Deus Salvador” (SHELLEY, 2004, p. 20). Numerosos e ricos, eram tidos como liberais, pois sua procedência os capacitava a misturar-se mais facilmente com os não-judeus (*gentios*) e aceitar melhor as novas idéias.

Havia também os *prosélitos*, que não eram descendentes de judeus, mas, renunciando ao paganismo e aceitando a lei mosaica, recebiam o rito da circuncisão. Minoritários, poderiam ser encontrados em algumas cidades do Império.

### 3. FARISEUS, SADUCEUS E ZELOTES

Para os judeus, os romanos não eram somente mais um povo de uma longa série de conquistadores. Representavam um modo de vida desprezível, permeado pela cultura helenística surgida da obra conquistadora de Alexandre Magno (século IV a.C), ameaçadora para o judaísmo (HURLBUT, 2003).

Não obstante, apesar do ódio ao Império e a tudo o que ele representava, os descendentes de Abraão discordavam quanto às formas possíveis de resistência ao invasor de suas terras. Além disso, havia indefinição quanto àquilo que seus profetas anunciavam sobre um soberano ungido - o Messias – e a promessa de que os retos seriam recompensados com a vida eterna no Reino de Deus (Dn 7: 13- 22). Alguns acreditavam que essa nova condição se estabeleceria no plano temporal, com o restabelecimento da soberania de Israel. Na verdade, esse era o entendimento que se tinha do Messias na época. Os próprios apóstolos, antes de o verem ressurreto, tinham esta concepção.

Tais divergências permitem nomear três facções: a dos fariseus, a dos saduceus e a dos zelotes.

A facção dos *fariseus* (os separados) descendia dos *hassidim*, conservadores que recusavam a helenização. Em sua ortodoxia, prezavam muito as práticas externas do culto e eram sobremaneira intolerantes com os que consideram impuros em relação à Lei. Como o objeto de sua maior preocupação era a preservação do judaísmo, eram vistos como fervorosos, patriotas, e contavam com o respeito do povo, além de exercerem grande influência nos ensinamentos e na literatura rabínica. Em matéria de doutrina, admitiam a possibilidade da ressurreição e se preocupavam em separar os autênticos dos falsos profetas (SHELLEY, 2004).

Para os *saduceus* (de *sedhokin*) ou “justos”, o domínio romano não era de todo intolerável, pois, apesar de conservadores em religião, apreciavam a moda e as maneiras sofisticadas da cultura greco-romana. Faziam-se representar por graduados sacerdotes do Sinédrio e outros membros do Templo. Esse alto Conselho governativo dos judeus era presidido por um sumo sacerdote e composto por setenta e um saduceus e fariseus. São os membros do Sinédrio, que, pela tradição e relato dos Evangelhos, são apontados como os grandes acusadores e implacáveis inimigos de Jesus. Foram eles que persuadiram a multidão a clamar pela crucificação e os romanos a crucificar a Cristo. Existem autores modernos que rebatem essa versão e negam que os judeus da época de Jesus tenham sido os únicos culpados, procurando nas leis antigas um esclarecimento maior para o problema. “Mas os cristãos fundamentalistas ainda interpretam os evangelhos de forma anti-semita”, diz o padre e teólogo Antônio Manzatto, da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo” (ARANHA, 2004, p. 24).

Os saduceus, que não aceitavam a idéia de ressurreição, rivalizavam com os fariseus e combatiam os movimentos messiânicos, o que explica sua oposição a Jesus.

Os *zelotes*, que constituíam o nada desprezível terceiro grupo, uniam-se em torno do ideal de resistência armada aos invasores de sua pátria. Queriam reviver o espírito guerreiro dos tempos dos Macabeus, que, embora vencidos nas guerras, conseguiram fazer de sua religião a base segura do seu nacionalismo (SHELLEY, 2004).

#### 4. ESSÊNIOS

Os *essênios* (de *assaya*, ou seja, médico, terapeuta) eram menos numerosos e, em comunidades monásticas, estudavam as Escrituras e preparavam-se para o Reino de Deus de maneira contemplativa. Preferiram retirar-se para os desertos quando, no século II a.C., contestaram a legitimidade

dos reis que ocupavam o trono. Pendiam decisivamente para o ascetismo e desde a descoberta dos manuscritos do Mar Morto (1947 em Qumran, Cisjordânia), admite-se que podem ter influenciado sobre o cristianismo nascente.

Tais descobertas suscitaram polêmica, e Robert Kool, que em 2004 foi o curador da exposição “Pergaminhos do Mar Morto” na Estação Pinacoteca em São Paulo, esclarece mais sobre os essênios, seus prováveis autores em uma entrevista publicada em jornal da capital paulista <sup>2</sup>.

Eles tinham um respeito enorme pelo templo em Jerusalém, mas não concordavam com as pessoas que lideram o judaísmo ali. Os essênios viam os que estavam no templo como os “perversos” do judaísmo. Viam-nos como a “gente da escuridão” e se definiam como a “gente da luz”. Muitos aspectos da vida desse grupo e do modo como descrevia a si próprio prefiguram de várias formas as primeiras comunidades cristãs (ESTAÇÃO..., 2004, p. E3).

O curador Kool, descreve o achado desses documentos, como “um milagre” e diz que há semelhanças entre as práticas detalhadas na literatura de Qumran (na descrição de um grupo identificado como os essênios) e as dos primeiros cristãos, incluindo rituais de batismo, refeições e direito de propriedade (DESCOBERTA..., 2004).

Os pergaminhos do mar Morto constituem uma das maiores descobertas arqueológicas de todos os tempos. São eles fragmentos de documentos produzidos entre o terceiro século antes de Cristo e 68 D.C., achados a partir de 1947. Grande parte deste material se encontra Instituto de Antiguidades de Israel.

Se tais documentos arqueológicos serão importantes para identificar Jesus como um essênio ou não e se os evangelhos dizem a verdade sobre a sua pessoa e seus feitos, são questões que ainda envolvem um longo caminho de estudos por percorrer. Existe um livro que permite aprofundarmo-nos quanto ao assunto: trata-se do “Para compreender os Manuscritos do Mar Morto”, uma coletânea de ensaios da “*Biblical Archaeology Review*”, organizada por Shanks Hershel (1993).

Vale dizer que os oitocentos manuscritos acondicionados em vasos, descobertos por beduínos em onze cavernas da região citada, vêm

---

<sup>2</sup> A CSC BRASIL foi uma das co-patrocinadoras da exposição **Pergaminhos do Mar Morto – Um legado para a Humanidade**, apresentada no Rio de Janeiro, no Museu Histórico Nacional, de agosto a outubro de 2004, e em São Paulo, na Estação Pinacoteca, entre novembro de 2004 e fevereiro de 2005.



percorrendo uma trajetória tão inacabada como as indagações pertinentes à figura de Cristo e ao mistério que cerca boa parte de sua vida.

Bem a propósito, além da contestada autoria dos Evangelhos pelos seus tradicionais nomeados e aceitos pela Igreja Católica, na primeira semana de abril de 2006 a *National Geographic Society* apresentou publicamente um achado no Egito: o evangelho segundo Judas Iscariotes.<sup>3</sup>

Esse Evangelho segundo Judas data entre o século 3 e 4 e acredita-se que o documento, um frágil papiro de 31 páginas, seja uma cópia de um original escrito por volta de 150 dC. O documento mostra Judas como um personagem benéfico, o favorito de Jesus, que teria colaborado com os seus planos para salvar a humanidade.

Ele foi descoberto em Beni Masar no Egito durante a década de 1970 e foi escrito originalmente em copta (antigo idioma egípcio). A única cópia do texto foi conservada, autenticada e traduzida depois para o inglês.

Este documento foi contestado já na própria sessão de apresentação pelo representante dos católicos. No documento, datado do primeiro século do cristianismo, Judas teria sido “convocado” para a missão de trair Cristo, por ele mesmo. O Nazareno teria lhe confiado o encargo de providenciar a sua libertação do corpo terreno e, mais que isso, previra que ele seria execrado por gerações, porém, afinal, teria sua memória reabilitada (LOPES, 2006, p. A18).

Mais um objeto de polêmica, portanto, para se acrescentar aos inúmeros com os quais nos deparamos sempre que estudamos estes tempos ainda obscuros e revistos com diferentes olhares e interpretações, desde os tempos de exaltada devoção até às tendências agnósticas da modernidade.

## 5. A SEMENTE PALESTINA

Conforme se depreende do testemunho de Bruce Shelley (2004) Jesus era da tribo de Judá, nascido em Belém, próxima a Jerusalém, e sua mãe, Maria, era casada com um carpinteiro chamado José. De sua juventude sabemos que era um rapaz bom, obediente e muito inteligente, tanto que, uma vez, com doze anos, causou espanto ao discutir com sábios no templo de Jerusalém.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> O Evangelho Segundo Judas foi adquirido no ano 2000 pela fundação suíça *Maecenas Foundation for Ancient Art*, que iniciou sua tradução. Acredita-se que a *National Geographic* tenha pago cerca de US\$ 1 milhão pelos direitos de publicação. (BBCBrasil.com. [www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/04/060406\\_judasevangelhorc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/04/060406_judasevangelhorc.shtml) - 32k).

<sup>4</sup> Jesus falando aos doutores no Templo é um dos temas mais propagados na evangelização: Novo Testamento: Lucas, 2: 40-52.

Passou quase toda a sua vida em Nazaré, na Galiléia, uma região que sempre fora pobre, mas que o domínio romano reduzira à extrema miséria. Como seu pai, era um *tekton*, cuja tradição mais aceita é carpinteiro (CAIRNS, 1995).

Por volta dos 30 anos deixou a família e o trabalho e começou a pregar. Isto não era algo excepcional naqueles tempos. Seu primo João, “o batista”, seguiu antes pelo mesmo caminho e reuniu um pequeno grupo que com ele vivia, aprendia e levava uma vida de penitência.

Num cenário onde o povo desconfiava dos romanos que o exploravam com altos impostos, e dos sacerdotes do templo, tais pregadores tinham muita aceitação. Na sua obra sobre Jesus, Méier sustenta que, contemporâneos ao Cristo, existiam “pelo menos outras cinco ou seis pessoas que se diziam o Messias” (ARANHA, 2004, p. 27).

Quando chegou a uma Jerusalém de população triplicada pela antecedência da Páscoa, Jesus já era conhecido por seus milagres, que beneficiavam aleijados, cegos, enfermos e, até mesmo um morto. De acordo com as leis do seu povo, isto bastava para ser considerado um blasfemo, porque a cura era considerada um monopólio divino (SHELLEY, 2004, p. 9-10).

Quando entrou em Jerusalém, sentado em um jumento, ele se comparou ao Messias, pela invocação da profecia do livro de Zacarias; mas a ofensa final foi adentrar no Templo e expulsar fariseus e saduceus (SHELLEY, 2004, p. 10).

Segundo a Bíblia, Jesus estava reunido com seus seguidores no jardim do Getsêmani quando foi preso, à noite, por guardas a serviço do Sinédrio, depois de ter sido traído. Historiadores lembram que, para operar como patrulha romana, tais guardas devem ter contado com o apoio de soldados romanos, constatação que reforça a hipótese de conluio entre os altos sacerdotes judeus e os romanos (ARANHA, 2004).

Por terem objetivos diferentes, os evangelistas divergem no enfoque que dão aos fatos concernentes à prisão de Jesus; contudo, são unânimes em descrever que o governador romano – Pôncio Pilatos – teria hesitado em sentenciar Jesus e até ofereceu ao povo escolher entre Jesus e Barrabás.

Mesmo aqueles que consideram que os evangelhos devem ser lidos como “um programa teológico de fundo histórico”, e não como uma reportagem (ARANHA, 2004, p. 29), concordam que a morte na cruz era reservada a agitadores, piratas, ladrões, escravos. Para a lei judaica, os que morriam dessa forma eram considerados malditos. O grande orador romano Cícero (65 – 27 a.C) advertia que o “nome da cruz”

deveria ficar distante dos “pensamentos, olhos e ouvidos” de um cidadão romano (SHELLEY, 2004, p. 3).

Parte da punição das vítimas consistia no açoite e em carregar a própria cruz ao local do suplício, onde a morte poderia acontecer após alguns dias. No caso de Jesus, a agonia mais rápida se explica pela perda de sangue, já que teve mãos e pés pregados ao lenho (ARANHA, 2004).

Um ponto em que a maioria concorda é que Jesus logo se distinguiu como um pregador diferente dos outros, pois não se limitava a fazer comentários sobre os livros sagrados. Apresentava-se como alguém cujo saber derivava diretamente de Deus, o que lhe dava o direito de explicar a Lei de forma diversa da tradicional.

Seu magistério se exercia por parábolas, como a história do bom samaritano, pela qual ensinava que, diante de um homem em necessidade, o amor ao próximo vinha sempre em primeiro lugar. Pela mesma razão curou um paralítico em pleno *shabbath* ou sábado – dia de repouso absoluto pela lei mosaica, fato que despertou a ira das autoridades religiosas judaicas.

Seus milagres visavam não só à demonstração de poder, mas, sobretudo, a anunciar que o Reino de Deus, onde o mal seria destruído, havia sido inaugurado. E seu permanente objetivo era pregar o amor a Deus e ao próximo, encorajando os pobres e os mais fracos, perdoando os pecadores. Para estes últimos endereçava a mensagem que tinha vindo não para os justos, mas sim, para eles.

Chamava de “raça de víboras” a alguns poderosos, e a Herodes, o rei da Judéia, sempre se referia como “a raposa”. Forte e decidido e ao mesmo tempo bom e misericordioso - esta é a sua representação trazida pelos Evangelhos.

A sua atividade de pregador durou cerca de três anos. Percebendo que as autoridades religiosas já não podiam suportá-lo, foi preparando seus adeptos para os tempos difíceis que viriam. Aliás, um de seus últimos atos foi reunir os discípulos em uma última ceia e prometer que não os abandonaria, nem depois da morte. Solicitou, ainda, que sua memória fosse honrada sempre que comessem o pão e bebessem o vinho, representativos de seu corpo e sangue, e da união de todos com ele (HURLBUT, 2003).

Muitos se perguntam se Jesus teve a intenção de criar uma “igreja”. Segundo Shelley (2004, p. 4), na medida em que Jesus enfatizou “um modo de vida especial, que separava ‘o reino de Deus’ daquele então vigente entre os homens, pode-se dizer que ele ‘fundou’ tal ‘igreja’”.

## 6. O PONTO DE PARTIDA NO SERMÃO DA MONTANHA

O cristianismo não se resumiu simplesmente a um conjunto de dogmas, um código moral ou cosmogonia. Dentro de um “inequívoco” caráter histórico (NOLL, 2006, p. 16), fica clara a natureza da missão que Jesus confiou aos discípulos quando os mandou percorrer, aos pares, todas as cidades e lugares após sua morte. Tinha, ainda, consciência das grandes dificuldades e provações que aguardavam a esses “trabalhadores” da messe do Senhor, que seriam enviados “como cordeiros entre os lobos” (Lc. 10: 3).

Como testemunhas oculares e “ministros da palavra” (Lc 1: 1,2) ou como “exemplos” para os crentes desse primeiro século (Cor. 1: 12), seriam eles os portadores da mensagem que Jesus endereçava ao mundo, a qual transcende ao tempo e ao espaço e se dirige a todos os homens. É evidente que, da mesma forma que eles “manifestavam a Cristo”, de algum modo o encobriam também, pois “os testemunhos são sempre imperfeitos” (VOILLAUME, 1978, p. 11), não obstante representarem nossa melhor maneira de resgatar ao Mestre.

O ponto de partida, porém, é óbvio: o magistério de Jesus, a partir do qual uma nova ideologia afetaria todas as partes do sistema, do social ao político, do econômico ao cultural e, por decorrência, o educacional.

Os documentos canônicos dessa época permitem individualizar a mensagem pedagógica contida nos evangelhos dos apóstolos, nas epístolas de Paulo, no Apocalipse de João e nos Atos, abrangendo sua primeira difusão e institucionalização pelo Mediterrâneo.

Em tais fontes encontramos toda uma orientação que se ergue contra a maioria dos hábitos correntes no tempo e no Império Romano. No Sermão da Montanha apresentado por Mateus: as bem-aventuranças representam uma nova pedagogia:

Bem-aventurados os pobres de espírito: porque deles é o reino dos céus.

Bem-aventurados os mansos: porque eles possuirão a terra.

Bem-aventurados os que choram: porque eles serão consolados.

Bem-aventurados os que têm fome, e sede de justiça: porque eles serão fartos.

Bem-aventurados os misericordiosos: porque eles alcançarão misericórdia.

Bem-aventurados os limpos de coração: porque eles verão a Deus.

Bem-aventurados os pacíficos: porque eles serão chamados filhos de Deus.

Bem-aventurados os que padecem perseguição por amor da justiça: porque deles é o reino dos céus.

Bem-aventurados sois quando vos injuriarem, e vos perseguirem, e disserem todo o mal contra vós, mentindo, por meu respeito.

Folgai, e exultai, porque o vosso galardão é copioso nos céus, pois assim também perseguiram os profetas que foram antes de vós. (MATEUS 5: 2 -12).

Tais foram as palavras, patrimônio da cristandade, das quais surgiu uma nova visão do mundo e de vida, confrontando ostensivamente a sociedade do seu tempo. Ao ideal heróico, aristocrático e terreno de existência se oporiam outros valores, com normas inéditas de educação e comportamento. Nesse sermão, Jesus trouxe a verdadeira interpretação da Lei, contrapondo-se à interpretação dos escribas e fariseus. Quando ele diz: “Ouvistes o que foi dito...”, não está se referindo a Moisés, mas às interpretações deles que estavam compiladas no talmude. Neste, o texto bíblico ficava no meio da folha e ao lado havia várias interpretações. Jesus, contrapondo-se a essas interpretações, diz: “Eu porém vos digo...”, ou seja, eu sou Deus e tenho a verdadeira interpretação da Lei. Até então a Lei era interpretada no aspecto meramente ritual e a religião estava toda centrada no exterior. Jesus então apresenta o caráter espiritual da Lei e propõe uma nova religião, baseada não em rituais exteriores, mas em um íntimo relacionamento consigo mesmo e com o seu Pai. A partir disso há um movimento na teologia: da teologia *retributiva*, que entendia Deus como um ser absoluto que abençoa aquele que faz algo para merecer e pune aquele que não oferece sacrifícios, para a teologia *relacional*, para a qual Deus, acima de tudo, é Pai, e sobretudo, anseia se relacionar com os seus filhos.

O tema principal dos ensinamentos de Jesus era o reino de Deus, onde um Pai misericordioso se fazia presente no poder salvador que havia em sua pessoa. Nesse sentido, seus milagres não seriam apenas “maravilhas, mas, sim sinais” de um poder manifesto que expulsava os demônios “pelo dedo de Deus” (Lc 11.20).

A defesa dos simples, dos humildes e de todos os desprezados, a valorização dos que lutavam por justiça e paz, a marca dos escolhidos de Deus estava no âmago da revolução do cristianismo. Implícitas havia outras

mensagens, tais como: os ricos ou poderosos deveriam prestar muita atenção, pois já haviam recebido sua parte dos bens; ou, ainda: Deus julgaria os homens pelo modo como se amavam e ajudavam aqui na terra, pois o amor de Deus e o amor dos homens deveriam andar sempre juntos.

Quem quisesse seguir a Jesus precisaria ser pobre de espírito. Segundo John Stott (2007), autor do *Cristianismo básico*<sup>5</sup>, ser pobre de espírito significa reconhecer diante de Deus a miserabilidade de seu pecado. Implica também em ser desprendido, disposto a sofrer e a ser perseguido em nome dele e não poderia só buscar o seu próprio interesse. É nítida a sua alusão à hipocrisia dos fariseus, aos quais chegou a chamar de “sepulcros caiados”, por sua religião formal e exterior.

A doutrina fica muito clara em Mateus:

E um deles, que era doutor da lei, tentando-o, lhe perguntou:

Mestre, qual é o grande mandamento da lei?

Jesus lhe disse: Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento.

Este é o máximo e primeiro mandamento.

E o segundo, semelhante a este é: Amarás a teu próximo, como a ti mesmo.

Destes dois mandamentos depende toda a lei e os profetas. (Mateus 22: 35-40)

O exame destes princípios básicos já nos permite afirmar que Cristo idealizou uma estrutura baseada na fraternidade e igualdade como motores de todo um processo de renovação da vida do homem. Sua mensagem visava tornar-se o fermento de toda uma sociedade que, por isso mesmo, rompia com o mundo antigo.

Jesus aceitou o desafio dos fariseus e confrontou sua mensagem de arrependimento e graça com uma outra, onde avultava a intolerância e o orgulho. Eles destacavam-se por seus atos de retidão ritual, jejuando e pagando os seus dízimos, julgando que com isto se manteriam afastados dos homens “depravados”.

Tais sacerdotes consideravam-se os únicos justos e destinavam aos outros as mais rígidas condenações. Aludindo ao fato, em uma ocasião em que dois

---

<sup>5</sup> **John Robert Walmsley Stott**, CBE (27 de abril de 1921) é um líder Anglicano britânico que é conhecido com uma das grandes lideranças mundiais evangélica. O *Cristianismo básico* foi publicado originalmente em inglês pela Inter-Varsity Press, no Reino Unido, em 1958.

homens – um coletor de impostos e um fariseu – oravam no templo, Jesus pregou comparando a contrição dos dois, pois o coletor de impostos não se julgava salvo apenas por jejuar e doar os dízimos e pedia contritivamente pela misericórdia divina a seus pecados. (Lc, 18.11-12).

“Digo-vos” que este desceu justificado para sua casa, e não aquele” (Lc 18.14). O recado é claro: observar as centenas de leis religiosas poderia ser menos agradável a Deus do que negar a si mesmo perante um Deus de compaixão.

A humildade antes do poder, a serenidade perante a força, representavam valores antagônicos aos que eram cultuados no Império Romano. . O domínio, a opressão, o garbo e a arrogância eram a marca das legiões que imprimiam seus passos pesados sobre os territórios que administravam, exigindo tributos e submissão integral. A fraqueza, a tolerância e a compaixão não eram características a serem buscadas, antes, significavam debilidade e inoperância na cosmogonia romana.

Uma sociedade orgânica e cooperativa foi a proposta aceita pelos marginalizados da sociedade da época. A palingenesia ou regeneração moral estava, por fim, no núcleo de uma mensagem. Em virtude dessa tarefa escatológica, a idéia de Juízo Final fez substituir a roda do tempo dos gregos pela concepção linear que nos caracteriza desde Santo Agostinho (354-430) (GAMBI, 1999).

Toda a educação passava a fundamentar-se no amor tanto a Deus quanto ao próximo, neste último caso, expresso no “ágape” dos primeiros tempos, que desapareceu na prática, embora não em seu caráter de confraternização. Nessas refeições, feitas entre amigos, reforçava-se o espírito comunitário, marca inconfundível de todo cristão, que, como tal, buscava viver em harmonia com os outros, a cujo serviço se colocava, em uma convivência fraterna.

Tendo nascido de judeus, em meio à comunidade israelita, a primeira grande oposição sofrida por Jesus, motivo de sua crucificação e dos problemas que se apresentaram aos seus seguidores, veio dos seus compatriotas, aos quais era inconcebível a superação da lei mosaica. “*Blasfemos*” e “*agitadores perigosos*” eram os títulos que os judeus emprestavam aos cristãos, porém Jesus insistiu sempre em propagar a lei do amor e demonstrar onde estava o lugar do seu magistério perante as sociedades humanas. O cristianismo, assim, não se restringiria a um só povo, favoreceria a todos em um mesmo ato: o ato da cruz, que é a estupenda ilustração da magnitude de Deus pelos pecadores, quer judeus, quer gentios.

Seus seguidores seriam o “sal da terra e luz do mundo” e ele insistia em proclamar: “não julgueis que vim destruir a lei, ou os profetas. Não vim a

destruí-los, mas sim a dar-lhes cumprimento.” (Mt.5:17). Sua intenção seria, então, acrescentar aperfeiçoamentos à lei antiga, porque se a justiça dos cristãos não fosse “maior e mais perfeita do que a dos escribas e a dos fariseus” eles não entrariam no reino dos céus. (Mt 5: 20).

Paulo foi sempre direto ao declarar o ministério cristão superior ao mosaico:

“E se o ministério de morte gravado com letras sobre pedras, foi acompanhado de tanta glória, de maneira que os filhos de Israel não podiam olhar para o rosto de Moisés, pela glória do seu semblante, a qual era transitória: como será de maior glória o ministério do Espírito? Porque se o ministério da condenação foi glória de muito maior glória vem a ser o ministério da justiça.(...) Porque se o que se desvanece é reputado por grande glória: de muito maior glória é o que fica permanente.” (2 Cor 3: 7-11)

Tal insistência é comparável àquela onde reitera a necessidade da aplicação universal dos princípios de Cristo. Seu grande argumento é que se “reinou a morte desde Adão até Moisés”, a graça pela justiça estava restabelecida “mediante Jesus Cristo, Nosso Senhor” (ERDMAN, [s. d.], p. 68).

O primeiro século foi, desta forma, todo ele definido e propagado segundo o magistério de Jesus, personagem que trouxe uma nova ideologia transformadora e se impôs como divisor da História para um segmento apreciável da humanidade.

## 7. O APOSTOLADO

Pedro, a quem – segundo a tradição católica – o próprio Cristo designou como líder do colégio apostólico e a pedra sobre a qual edificaria a sua igreja e a quem daria “as chaves do reino dos céus” (Mt 16: 18,19) – era, como seu irmão André, um pescador; porém, desde que Jesus o chamou para segui-lo e mudou o seu nome de Simão para o grego *Petros* (do aramaico *Kepha* ou rocha) se tornou um de seus mais íntimos discípulos (MEIER, 2003).

Após a prisão de Jesus Pedro teve medo, e por três vezes negou que o conhecia. Quando o Mestre apareceu-lhe depois da ressurreição e o encarregou de apascentar o “rebanho cristão” foi tomado de grande disposição. Essa coragem tomou sua forma definitiva quando do episódio de Pentecostes e da vinda do Espírito Santo. Falou sobre Jesus para a multidão que acorrera a Jerusalém durante essa festividade e, ao que



consta, cerca de três mil pessoas tornaram-se cristãs. Inicialmente, Pedro pregou somente aos judeus; mas em Jope Deus lhe revelou num sonho que a Boa-Nova deveria ser levada também aos gentios.

Nas duas epístolas que a tradição lhe atribui, defende o cristianismo de algumas heresias, como a dos gnósticos, que estavam ameaçando a Igreja. Lembra ainda a dignidade de Cristo e exorta à santidade, pois que a humanidade havia renascido não da semente corruptível, mas sim, pela palavra do “Deus vivo”, e todos deveriam se considerar como “meninos recém-nascidos”, alimentados por um “leite racional, sem dolo”, para com ele crescerem para a salvação. (1 Pdr 2: 1,2). Assim, se a vida santa era “o fim de todas as coisas”, a obediência deveria conduzir as ovelhas desgarradas ao caminho apontado pelos pastores e bispos de alma (1 Pr 2:25).

A fidelidade à vocação cristã e a advertência contra os falsos doutores, profetas e, mesmo, doutrinas, era o remédio contra a ruína e erro que se reservavam aos insensatos, pois Pedro recomendava todos a crescer “na graça e no conhecimento” (2 Pdr 3:14-17).

Ao seu lado encontrava-se João, contemplativo, de poucas palavras, a quem a tradição atribui o quarto evangelho e as três epístolas católicas que trazem o seu nome, assim como o Apocalipse do Novo Testamento. Não existem provas, porém, de que estes escritos sejam seus ou de que ele se identifique com o “discípulo amado” do quarto evangelho. Ao que parece, pregou na Ásia Menor e foi exilado por Domiciano para a ilha grega de Patmos, onde faleceu, no fim do século I. Sua recapitulação dos ensinamentos de Jesus é bem interessante – por exemplo, a alegoria da videira ou a união na caridade, com a exortação aos cristãos a “amar uns aos outros” como foram amados pelo Cristo (Jo 15: 16,17).

Cumpra notar ainda que, nesses tempos de entusiasmo e fervor, tudo era muito novo, e após a descida do Espírito Santo no episódio de Pentecostes os apóstolos estavam “impregnados das promessas de Cristo” e transbordantes do desejo de revê-lo. Suas palavras ainda ecoavam e todos esperavam a sua volta, ligados pela esperança da realidade de uma cidade celeste, “na qual Jesus seria o sol, a mão que enxugava toda lágrima e o coração que consolava toda dor” (VOILLAUME, 1978, p. 130).

A estratégia de comunicação das primeiras décadas, quando clérigos não se diferenciavam de leigos, tinha por ponto de partida o testemunho dos membros do grupo. Afinal, Jesus pedira a seus discípulos, que fossem suas “testemunhas, até os confins da terra” e, segundo Atos (capítulo 1) e Mateus (capítulo 28), a fé cristã se destinava a ser implantada em todas as nações e culturas, sem ser privilégio de nenhuma.

Ainda que Pedro tenha granjeado grande popularidade, a teologia ou doutrina sistemática desse primeiro século foi desenvolvida principalmente por meio de Paulo. Sua figura emerge como uma prova do poder de conversão do cristianismo, e na qualidade de quem seguiu a Cristo após a sua morte e dedicou a vida à pregação da sua “palavra”, merece ser listado entre os apóstolos.

Os apóstolos de Jesus, não obstante serem hebreus, receberam muito bem os helenistas. Não obstante, logo avultaram queixas quanto ao critério adotado na distribuição da ajuda aos pobres da comunidade, em especial às viúvas dos “gregos”, que eram ignoradas pelo programa de assistência da Igreja.

O texto bíblico é explícito ao mencionar a “murmuração” dos helenistas contra os hebreus (At 6:1). Para resolver tal pendência, os apóstolos escolheram sete ministros (diáconos) dentre os “varões de boa reputação, cheios do Espírito Santo e da sabedoria”(At 6:3) como Estevão, Filipe, Prócoro, Nicanor, Timon, Parmenas e Nicolau, este último um prosélito de Antioquia da Síria.

O líder do grupo, Estevão, era um judeu helenista famoso por sua oratória e fervor. Essas qualidades, que o exaltavam como cristão, eram vistas com hostilidade por muitos, do povo ao Sinédrio, principalmente nestes tempos em que se temiam agitações populares e alguns cristãos mais exaltados acusavam o Conselho de ter matado o Messias.

Estevão, destinado a intervir na questão assinalada, era um caso particularmente grave, pois havia renunciado à lei de Moisés e se pronunciava com grande ousadia nas sinagogas helenistas de Jerusalém. Quando colocado perante o Sinédrio foi mais além, porque era sua crença que instituições como as leis judaicas eram temporárias, apenas haviam preparado o advento do Cristo, o verdadeiro Messias. A respeito do Templo, afirmava que o Altíssimo não iria habitar em construções feitas pelas mãos humanas e, no auge do seu discurso, concitou o povo a não resistir ao Espírito Santo (SHELLEY, 2004).

Adepto declarado da crença de que o Evangelho se destinava ao mundo inteiro, acreditava que a verdadeira circuncisão era a espiritual. Sua sentença de morte começou a ser lavrada quando acusou os judeus de perseguidores renitentes de profetas, “traidores e homicidas”, pois receberam a lei por ministério dos anjos e não a guardaram (At 7: 51-53). Os ouvintes, que “rangeram os dentes contra ele” (At 7: 56), abafaram suas palavras, e ele, arrastado pelas ruas, ao longo dos muros, foi apedrejado até à morte.

Um destes lapidadores, um fariseu de nome Saulo, seria aquele que, sob o nome grego de Paulo, se tornaria um co-fundador do cristianismo,

como admitem muitos autores. Neste episódio, em que figura como um “consentidor” da morte do mártir (At. 7:57-59), ele ainda se perguntava como alguém poderia ser adepto de um messias crucificado ou ver em tal forma de morrer uma bênção de Deus.

Assim, quando Estêvão estava sendo enterrado por homens “timoratos”, Saulo “assolava a Igreja, entrando pelas casas, e tirando com violência homens e mulheres, os fazia meter no cárcere” (At. 8: 4-8). Em meio a seu afã perseguidor, dirigia-se para Damasco, quando foi cercada por uma luz vinda do céu e “caindo em terra ouviu uma voz que lhe dizia: Saulo, Saulo, por que me persegues? (At. 9:4).

Os acompanhantes de Paulo ouviram a voz, mas não viram ninguém. Cego, sem comer ou beber durante três dias, quando se levantou após Ananias ter feito cair escamas de seus olhos, tornou-se “um vaso” para levar o nome de Jesus, “diante das gentes, e dos reis, e dos filhos de Israel” (At. 9:15).

A nova interpretação da lei proposta por Cristo e anunciada por Estêvão foi levada às últimas conseqüências por Saulo quando se tornou Paulo, e isto fica evidente em suas epístolas. Insistindo sempre no caráter libertador da lei de Cristo, fazia constar a sua superioridade sobre a lei mosaica. Afirmava que, enquanto “éramos meninos, servíamos debaixo dos rudimentos do mundo”. Porém, “com o cumprimento do tempo”, quando Deus nos enviou o seu Filho, passamos a observar uma nova lei que nos fez herdeiros da graça (Gal. 4: 1-9).

O Novo Testamento, assim, se acrescentava e se sobrepunha, completando o Antigo, segundo o pensamento paulino, marco expressivo da separação entre judaísmo e cristianismo. Ao falar da nova lei – a de Cristo – Paulo faz uso de palavras fortes: “agora soltos da lei da morte, na qual estávamos presos, de sorte que sirvamos em novidade ao espírito, e não na velhice da letra” (Rom 7:6). Trata-se da comparação entre o corpo e a liberação do pecado, porém pode-se pensar também em termos de lei mosaica em oposição à cristã.

Na segunda epístola de Paulo aos coríntios, a nova vida pelo Espírito Santo ou os crentes formados no corpo místico de Cristo assumem o seu lugar maior:

E se o ministério de morte gravado com letras sobre pedras, foi acompanhado de tanta glória, de maneira que os filhos de Israel não podiam olhar para o rosto de Moisés, pela glória do seu semblante, a qual era transitória: como não será de maior glória o ministério

do Espírito? Porque se o ministério da condenação foi glória, de muito maior glória vem a ser o ministério da justiça” (2 Cor 3:7-9).

Os judeus eram considerados culpados perante o tribunal de Deus por não reconhecerem a Cristo como o Messias, e com profundo desgosto, Paulo os via como homens “velhos”, resistentes àquela vida em espírito que vinha representada no magistério de Cristo.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim foi o primeiro século do cristianismo. Cheio de turbulências, mas, sobretudo, repleto de vitórias. A hostilidade ao cristianismo iniciou-se na oposição dos judeus à pessoa de Cristo e perdurou com a ferrenha perseguição dos romanos até o século IV, quando ele foi adotado como a religião oficial do Império.

Como visto, Cristo, um simples carpinteiro, que, segundo a Bíblia, era também o filho de Deus, propôs uma nova interpretação da lei e uma igreja com ideais totalmente opostos a todos os que até então haviam sido estabelecidos. Seus seguidores, principalmente os apóstolos, convictos de que sua mensagem era a verdade e de que ele era o messias prometido no Antigo Testamento, obedeceram ao seu grande imperativo de ir por todo o mundo e pregar o evangelho. Essa convicção custou a vida de muitos, mas implicou no triunfo do cristianismo, que hoje, com aproximadamente dois bilhões de adeptos, destaca-se como a maior religião do mundo.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Carla. **O Julgamento de Jesus**. Aventuras na História. São Paulo: Editora Abril, 2004.

BESANT, Annie. Os mistérios de Jesus. **The Theosophical Review**, vol. XXXV, n. 207, abril de 1930.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. São Paulo, SP: [S. n.], 2000.

CAIRNS, Earl. **O cristianismo através dos séculos**. Uma história da Igreja Cristã. Tradução de Israel Belo de Azevedo. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.

DESCOBERTA foi um “milagre”, diz curador. Entrevista de Robert Kool. **Folha de São Paulo**, 25 nov. 2004, p. E3.

ERDMAN, Charles R. **Comentários de romanos**. Tradução de Waldyr Carvalho Luz. São Paulo: Casa Ed.Presbiteriana, [S. d.].

ESTAÇÃO Pinacoteca recebe a exposição “Pergaminhos do Mar Morto”. **Folha de São Paulo**, 25 nov. 2004, p. E3.

GAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

HERSHEL, Shanks. **Para compreender os manuscritos do Mar Morto**. São Paulo: Flanarte, 1993.

HURLBUT, Jessé Lyman. **História da Igreja Cristã**. São Paulo: Editora Vida, 2003.

LOPES, Reinaldo José. Jesus pediu traição, diz Evangelho de Judas. **Folha de São Paulo**, 07 abril 2006, p. A18.

MEIER, John P. **Um Judeu Marginal**: repensando o Jesus Histórico. Tradução de Laura Rumchinsky. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2003. v. 3, livro 1.

NOLL, Mark A. **Momentos decisivos na História do Cristianismo**. Tradução de Alderi Souza de Matos. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

NOSELLA, M. L. Bertachini: **O pensamento de Dom Luís da Cunha (1662-1749) e a construção teórica da experiência de Despotismo Esclarecido em Portugal**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, 2002.

SHELLEY, Bruce L. **História do Cristianismo ao alcance de todos.** Tradução de Vivian Nunes do Amaral. São Paulo: Shedd Publ, 2004.

STOTT, John. **Cristianismo básico.** São Paulo: Editora Ultimato, 2007.

VOILLAUME, René. **Cristo, palavra de vida eterna.** Tradução de M. Cecília de M. Duprat. São Paulo: Ed. Paulinas, 1978.